



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de maio de 2021, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação da ata n.º 117;
2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 687/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Redução da taxa de IRC (procede à alteração do Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro)”;
Autor: André Silva (PAN)
3. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1265/XIV/2.ª \(BE\)](#) – “Recomenda ao Governo que cumpra a determinação da Assembleia da República e submeta a este Órgão de Soberania, para discussão e votação, qualquer decisão de injeção de capital no Novo Banco”;
4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PAN, para audição urgente do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e da Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Finanças, relativamente ao processo disciplinar aberto pela Autoridade Tributária a um seu funcionário por participar no Movimento Cultural Terra de Miranda”;
5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD, para audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais e da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira;
6. Definição de metodologia de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”;
7. Designação de autor de parecer da [Proposta de Lei n.º 94/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - “Procede à revisão do Código dos Valores Mobiliários”;
Cabe ao GP PS
8. Outros assuntos.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

1. Aprovação da ata n.º 117;

A ata foi aprovada por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, CH e IL.

2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 687/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Redução da taxa de IRC (procede à alteração do Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro)”;

O Senhor Deputado André Silva (PAN) apresentou, por videoconferência, o parecer de que foi autor.

Submetido a votação foi o parecer aprovado por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, CH e IL.

3. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1265/XIV/2.ª \(BE\)](#) – “Recomenda ao Governo que cumpra a determinação da Assembleia da República e submeta a este Órgão de Soberania, para discussão e votação, qualquer decisão de injeção de capital no Novo Banco”;

Na ausência BE, o Senhor Presidente informou que o proponente da iniciativa transmitiu à Mesa que pretende discutir este projeto de resolução na Comissão.

4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PAN, para audição urgente do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e da Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Finanças, relativamente ao processo disciplinar aberto pela Autoridade Tributária a um seu funcionário por participar no Movimento Cultural Terra de Miranda”;



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

Tendo em conta a natureza dos requerimentos em apreciação neste ponto 4 e no ponto subsequente da OD, o Senhor Presidente propôs que fossem os mesmos discutidos conjuntamente, tendo para este efeito, obtido a anuência de todos os presentes.

Nesta sequência, o Senhor Deputado André Silva (PAN) apresentou o requerimento do seu partido, seguindo-se o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) que apresentou o requerimento referido no ponto 5. Tendo sublinhado a importância e urgência destas audições aproveitou ainda para propor uma ronda adicional, específica, sobre tema conexo relacionado com o lapso no cálculo do valor da devolução do IRS, que tem sido recentemente noticiado.

O Deputado Fernando Anastácio (PS) começou a sua intervenção, apelando ao rigor na redação dos requerimentos salientando a diferença entre “processo de inquérito” e “processo disciplinar”, referindo-se em concreto, à utilização desadequada do termo “processo de inquérito disciplinar” que o PAN faz no seu requerimento. Deste modo, convidou o proponente a reformular o texto. Destacou depois o risco de se politizar a gestão e as responsabilidades que cabem à administração pública (AP), nomeadamente no que se refere aos mecanismos de apuramento de responsabilidades disciplinares, praticados por agentes da AP. Entende, por isso, que seria útil refletir sobre esta matéria.

Prosseguiu, argumentando ainda que, a seu ver, este caso concreto tem por detrás um outro tema, o qual tem que tem sido amplamente discutido e que já foi objeto de um conjunto de diligências, em curso na Assembleia da República (AR).

Apontou alguma confusão no requerimento do PAN na medida em que, na sua perspectiva, traz à coação e ao debate parlamentar, práticas e mecanismos que não têm respaldo no nosso ordenamento jurídico, relacionados com a denúncia de crimes.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) contestou a opinião anteriormente expressa pelo PS, considerando que o facto de a AR procurar esclarecimentos face a notícias que circulam sobre este assunto, não implica a sua politização até porque, segundo entende, “perguntar não ofende”. Sustentou ainda que estas inquirições se enquadram na função fiscalizadora do Parlamento, lembrando audições anteriores da AT, como por exemplo a que ocorreu na COFMA a propósito da operação de inspeção das Finanças em



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

Valongo. Concluiu, anunciando que o PCP acompanhará os dois requerimentos, incluindo a questão aditada oralmente pelo PSD nesta reunião.

O Senhor Deputado André Silva (PAN) tomou a palavra para informar que também acompanharia o requerimento do PSD, incluindo o já citado ponto adicional. Agradeceu o reparo do Deputado Fernando Anastácio, informando que acolheria a sugestão de reformulação da redação no requerimento. Teceu considerações sobre os restantes comentários, contestando a afirmação de que o PAN aprova a “delação premiada” pois, segundo afirmou, o que defendem é a “justiça colaborativa”, e expressando a sua opinião de que este assunto, incomodaria o Senhor Deputado Fernando Anastácio. Também refutou a ideia de politização, argumentando que foi o SEAF que politizou a questão quando decidiu perseguir alguém que está a prestar um serviço público ao denunciar tal situação (relativa a planeamento fiscal agressivo). Notou que nunca antes o PAN, nem o PSD, tinham requerido ouvir altos titulares de cargos públicos ou titulares de cargos políticos por causa da instauração de processos de inquérito ou de processos disciplinares. Todavia, disse, trata-se neste caso de uma situação concreta e específica de perseguição.

Também o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) contestou a ideia de politização e criticou o PS por contornar o tema central destes requerimentos, desvalorizando a sua importância. Considerou incompreensível uma tal atitude, parecendo-lhe ser inaceitável retaliar alguém que teve uma conduta cívica. Concluiu a sua intervenção acusando o PS de falta de determinação em concordar com o PSD o que, na sua opinião, “traduz bem os tempos em que vivemos”.

Em resposta, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) exprimiu a sua opinião de que também a posição do PSD é bem reveladora dos tempos em que vivemos. Aproveitou ainda para comentar criticamente a intervenção do Deputado André Silva, convidando-o a debater o tema no plano em que deve ser realmente discutido, e não no plano pessoal.

Submetido a votação o requerimento do PAN obteve os votos favoráveis do PSD, PCP, e PAN e o voto contra do PS.

Logo após, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) interpelou a Mesa insurgindo-se contra a realização de uma votação, na ausência de tantos deputados, uma vez que o



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

resultado, disse, fica dependente do sentido de voto do PS. Afirmou que este desvirtuamento da representatividade dos partidos é desconfortável sustentando ainda que, não estando reunidas as condições para esta votação, deverá a mesma ser adiada.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) opôs-se recordando que o Regimento define o quórum de funcionamento bem como o deliberativo, que foi cumprido nesta votação, apesar de quatro forças políticas terem optado por estar ausentes. Interrogou os deputados sobre a viabilidade e razoabilidade de, ao invés do que determina o Regimento, apenas se realizarem votações quando estiveram presentes todas as forças políticas, para garantir a aludida representatividade.

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD), concordando com o que disse o Deputado Duarte Alves, defendeu que estas são circunstâncias especiais e que os deputados presentes em sala desconhecem, até ao momento exacto da votação, quem está a votar *on-line*. Requereu assim o adiamento da votação do requerimento do PSD, o qual mereceu a concordância da Mesa por se tratar de um direito potestativo.

No mesmo sentido, interveio depois o Senhor Deputado André Silva (PAN), que voltando a argumentar o desconhecimento sobre quem está a votar no momento, solicitou o adiamento da votação do seu requerimento.

Tomou a palavra o Senhor Presidente notando que, uma vez que o PSD solicitou o adiamento do seu requerimento, e que o objecto do requerimento do PAN é o mesmo, a Mesa entende que deverá repetir-se a votação, a qual será objeto de agendamento na próxima reunião da Comissão.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) pediu a palavra para justificar as razões da sua ausência, sublinhando o facto de participar nos trabalhos de várias comissões entre as quais da Comissão de Inquérito, após o que manifestou a sua concordância com ambos os requerimentos.

Finalmente, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) refutou a ideia (implícita) de que o PS recorreu a expedientes para conseguir que os requerimentos fossem rejeitados e criticou o PAN por não ter acautelado a viabilidade do seu próprio requerimento. Finalizou lembrando que o Senhor Deputado André Silva até tem o privilégio de saber quem está presente por videoconferencia.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

- 5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD, para audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais e da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira;**

Discutido no ponto anterior desta OD.

- 6. Definição de metodologia de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”;**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) propôs fixar data para apresentação de lista de entidades para audições, até terça-feira, dia 26 de maio, às 12h00. Obtida a anuência de todos os presentes, ficou assim fixado.

- 7. Designação de autor de parecer da [Proposta de Lei n.º 94/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - “Procede à revisão do Código dos Valores Mobiliários”;**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) indicou como autora do parecer, a Senhora Deputada Vera Braz.

8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente alertou o Deputado Duarte Alves para o facto de estarem concluídas todas as diligências relativas ao Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª, estando portanto em condições de ser fixado prazo para apresentação de propostas de alteração. Nesta sequência, foi acordado fixar o prazo 4 de junho.

Seguidamente, o Senhor Presidente informou que, estando pendente o agendamento de quatro audições relativas aos Projetos de Lei n.ºs [678/XIV/2.ª \(PSD\)](#) e [781/XIV/2.ª \(PS\)](#), pretendia marcá-las para o dia 31 de maio, concentrando-as, na medida do possível, à tarde. Lembrou igualmente que, estando agendado para Plenário de dia 17 de junho, a votação da CGE 2019, se deveria de acelerar a marcação das audições do Conselho Económico e Social e do Tribunal de Contas, bem como do Ministro de Estado e das Finanças. Ficou acordado que deveriam ocorrer nas duas primeiras semanas de



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

junho, entre os dias 1 e 9 de junho, para garantir a aprovação do parecer na reunião da Comissão de dia 16 de junho. Antecipou ainda a intenção de agendar a audição do Ministro para dia 9 de junho.

Finalmente, deu nota do pedido de audiência da Associação Portuguesa de Imprensa, tendo ficado assente que seria solicitado contributo escrito.

A reunião foi encerrada às 14:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 maio 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 118/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)
Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
João Gouveia (PS)
João Paulo Correia (PS)
Miguel Matos (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
André Silva (PAN)
Jamila Madeira (PS)
Joana Lima (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Sara Madruga da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Sá (PS)
Carlos Silva (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Ricardo Vicente (BE)
João Cotrim de Figueiredo (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura (CH)